CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 24/04/2024 - 05:56

PEC do Quinquênio deve custar até R$ 82 bilhões

CONGRESSO / Nota técnica elaborada pela consultoria do Senado adverte para o peso da PEC do Quinquênio sobre as contas públicas. Impacto é porque o leque de categorias que receberá o benefício foi ampliado

Rombo pode ir a R$ 81 bilhões

» ÂNDREA MALCHER

A Proposta de Emenda à Constituição 10/23, conhecida como PEC do Quinquênio, pode custar cerca de R$ 81,6 bilhões aos cofres públicos, entre 2024 e 2026. A estimativa é de uma nota técnica emitida pela Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado. A PEC concede um adicional de 5% a cada cinco anos a carreiras do Judiciário, apesar de limitada a 35% do salário.

A nota técnica foi formulada a pedido do gabinete da liderança do governo no Congresso. O documento ressalta que os efeitos são "inegavelmente severos em termos de suas consequências sobre o aumento de gastos".

"Tendo essas restrições em mente, conclui-se que o impacto financeiro anual da PEC nº 10, de 2023, na forma original em que foi apresentada, é estimado em R$ 10,3 bilhões anuais caso tivesse sido vigente em todo o exercício de 2024; em R$ 10,9 bilhões para 2025, e R$ 11,4 bilhões para 2026", adverte a nota técnica.

A PEC — de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — destinava o benefício apenas a juízes, promotores e procuradores do Ministério Público. Mas o relatório do senador Eduardo Gomes (PL-TO), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em 17 de abril, expandiu a vantagem para ministros e conselheiros dos tribunais de contas, advogados públicos, integrantes das carreiras jurídicas, defensores públicos e delegados da Polícia Federal (PF).

O texto de Eduardo Gomes vai mais além. Permite, ainda, que "servidores públicos que, por previsão constitucional ou das respectivas leis de regência, sejam impedidos ou optem por não exercer outra atividade remunerada, poderão, por decisão do respectivo Poder ou órgão autônomo, em cada caso, fazer jus" ao benefício.

Defesa

Apesar do rombo estimado pela nota técnica, Pacheco manteve a defesa do texto aprovado na CCJ. Segundo ele, a economia para as contas públicas que seria gerada com o projeto de lei que combate os supersalários é "superior ao que é o incremento de gasto dentro do orçamento" para o bônus de 5% a cada cinco anos.

Pacheco afirmou que caso a matéria seja aprovada na Câmara e no Senado, a promulgação aguardará a tramitação do PL dos Supersalários. "Há um compromisso meu com a estruturação das carreiras do Judiciário e do Ministério Público. Só será promulgada se houver aprovação do projeto de lei que acaba com supersalários no Brasil", afirmou.

Segundo Pacheco, é preciso "dar condições para a magistratura e para o Ministério Público terem uma estruturação de carreira". "Vamos ter toda a responsabilidade de dialogar com o Poder Executivo, já que (a PEC) estende a carreiras que estão vinculadas ao Executivo, para que haja o dimensionamento do custo disso", observou o senador.

No cafe da manhã com os jornalistas, ontem, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou que se encontrará com Pacheco, ainda esta semana, para tratar da PEC que pode piorar as contas públicas.

Evandro Éboli/CB/D.A Press

Lira posa com a vice-governadora Celina Leão, empresários e deputados no jantar pela prorrogação do Perse

» PL contra MST e MTST é aprovado

A união entre bancadas do agronegócio, da bala, de bolsonaristas e o Centrão aprovou, ontem, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, projeto que pune invasores de propriedades rurais e imóveis urbanos. Foram 38 votos a favor e oito contra. O texto, de autoria do deputado Marcos Pollon (PL-MS), atinge diretamente as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), ligados à esquerda. Quem for enquadrados, caso o PL se torne lei, será impedido de receber auxílios e benefícios do governo federal e não poderá assumir cargos ou funções públicas.

Prorrogação do Perse passa simbolicamente

» RENATO SOUZA
» INGRID SOARES
» EVANDRO ÉBOLI

A Câmara aprovou, ontem, o projeto de lei (PL) que cria novas regras para o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O texto prevê benefícios fiscais de R$ 15 bilhões, até 2026, para empresas que atuam na área, mas de maneira gradual. Com a decisão, a matéria segue para a análise do Senado.

Um acordo costurado entre parlamentares e o Ministério da Fazenda permitiu que a votação fosse simbólica — ou seja, sem o registro nominal dos votos. O tema foi discutido entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), líderes partidários e o ministro Fernando Haddad.

A medida foi lançada durante a pandemia de covid-19 para socorrer empresas da área de produções e eventos. O governo defendia o encerramento do programa, pois temia que, com a continuidade, o rombo que provocaria nas contas públicas dificultaria alcançar a meta fiscal defendida pelo Ministério da Fazenda.

No entanto, na iminência de ver a aprovação de um texto com impacto mais elevado para o Orçamento da União, o governo decidiu negociar com os parlamentares. Não houve a apresentação de destaques e praticamente todos os partidos orientaram suas bancadas a votarem favoravelmente ao texto — as exceções foram o Partido Novo, a oposição e a minoria na Câmara.

A relatora, deputada Renata Abreu (Podemos-SP), incluiu na matéria um dispositivo que paralisa o Perse caso o montante previsto de R$ 15 bilhões seja alcançado antes de 2026. Mas para que ocorra a paralisação, o Tribunal de Contas da União (TCU) deve atestar que esse teto foi atingido.

O ministro do Turismo, Celso Sabino, e o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, acompanharam a votação no plenário e celebraram o resultado. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que a aprovação do Perse é a demonstração de que a Câmara não falha com o Palácio do Planalto, e que não existe crise na relação entre os dois Poderes.

Freixo afirmou que o diálogo entre Lira e Lula ajudou na aprovação. E acrescentou que a aprovação do Perse atesta a capacidade do governo de dialogar com o Congresso e os diversos setores da economia.

Depois da votação, Lira foi ao jantar da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira para comemorar a aprovação da prorrogação do Perse.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.